

## **A greve dos marítimos de 1953 nas lentes de outubro: uma revisão historiográfica**

**Sérgio Montalvão (PPGAd/UFF)**

O movimento grevista dos "trabalhadores do mar" que paralisou durante doze dias, em junho de 1953, as atividades da marinha mercante por praticamente toda a extensão do litoral brasileiro, entrou para a memória das lutas sindicais da República de 1946 pelo ineditismo da organização que uniu as muitas categorias marítimas em um comando de greve disposto a não interromper a "medição de forças" (BARSTED, 1982) com o governo e o empresariado, até ver atendidas praticamente todas as suas reivindicações. No entanto, a histórica greve de 1953 tem sido majoritariamente estudada como um evento coincidente com as mudanças no primeiro escalão de governo do presidente Vargas (1951-1954), que permitiram a entrada de João Goulart no Ministério do Trabalho. O objetivo desta comunicação é mostrar como a historiografia que privilegia a matriz do "novo trabalhismo", cuja prova de fogo teria sido debelar a greve nacional dos marítimos, por meio de técnicas indicativas de um estilo capaz de evitar o uso do aparato repressivo do Estado e oferecer condições para negociação dos direitos trabalhistas, deixou de lado o entendimento do papel exercido pelos próprios trabalhadores na conquista desses direitos, após um período de enfrentamentos, necessário para corrigir os equívocos deixados pelo próprio Jango. Esse período esteve situado no mês de outubro de 1953, quando os marítimos cobraram o acordo anteriormente firmado com os representantes patronais, conquistando muito daquilo que ainda permanecia em aberto. O silêncio historiográfico em torno dessa questão impede que se percebam as contradições encontradas na transição do varguismo para o trabalhismo orgânico e vinculado ao campo das esquerdas, deixando a ilusão de uma retilínea passagem de um contexto ao outro.

### **I - A greves no segundo governo Vargas e o sucateamento do corporativismo**

A volta de Getúlio Vargas à chefia da nação, após ter passado quinze anos na presidência da República (1930-1945), levou à composição de um governo contemporizador, disposto a reunir as principais forças político-partidárias, dentro de uma estratégia visando administrar as tensões resultantes da associação do líder trabalhista com a imagem de um perigoso controlador das massas, capaz de levá-las a apoiá-lo em mais um empenho ditatorial, como havia sido o recém-encerrado período do Estado Novo.

Em sua nova passagem pelo poder, diante de tais circunstâncias, Vargas teria pela frente o desafio de responder as demandas dos trabalhadores que dizia representar, tanto em razão de uma pauta econômica, quanto de uma agenda mais ampla, reunindo aspectos organizativos e de interesse político, sem contrariar exageradamente os humores da classe patronal. Em pouco tempo esse desafio sairia da caixa, manifestando-se por meio de uma quantidade cada vez maior de greves. Segundo o levantamento de Jover Telles, no livro *O movimento sindical no Brasil* (1981), ocorreram 173 movimentos paredistas em 1951, número superado no ano seguinte, quando as paralisações atingiram a marca de 264. Essa crescente mobilização resultou, em parte, do aperto sentido pela falta de reajuste do salário mínimo, ignorado durante todo o governo Eurico Dutra (1946-1950), mas também da necessidade de reagir às políticas antidemocráticas que atingiram os sindicatos durante a internalização da Guerra Fria no Brasil, especialmente após os comunistas terem voltado para a ilegalidade.

Completada a metade do século XX, vivia-se um nítido reaquecimento da luta de classes, agora em um novo ambiente institucional, delimitado no campo jurídico por um ordenamento liberal-democrático, embora contendo muitos dispositivos corporativistas, sobretudo para organizar o mundo do trabalho. O corporativismo, depois de orientar a guinada centralizadora do Poder Executivo na Era Vargas, rumo à modernização autoritária, ainda permanecia influente, mas subordinado aos ditames da Constituição de 1946 (STOTZ, 1992, p. 226). A procura pela democracia social permanecia nos horizontes do varguismo, sendo esta acompanhada de uma expectativa do poder público antecipar-se para evitar o confronto entre patrões e empregados. No entanto, o próprio desenvolvimento democrático mostrou o quanto seria difícil a tarefa. O ano de 1953 trouxera consigo a experiência das greves de massa, a começar pela dos 300 mil, que paralisou o setor têxtil na cidade de São Paulo. A novidade desta greve foi a negação da legislação corporativista que impedia a formação de estruturas unificadoras da ação coletiva dos trabalhadores. É então que surge o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), permitindo o comando de greve responder por diversas categorias, levando-as a obter uma maior capacidade de pressão. A capacidade organizativa dos trabalhadores aumenta à medida que a esquerda se recupera do baque sofrido pela suspensão do Partido Comunista, cujo resultado imediato foi o esvaziamento da vida sindical.

O período que antecede a arrancada das lutas de classe, no segundo governo Vargas, é marcado pela tentativa comunista de formar estruturas sindicais paralelas, em

meio a uma contínua intervenção policial e ideológica por parte do Estado. No entanto, como adverte Buonicore (2003), apesar do radicalismo imposto no discurso, havia uma duplicidade na política sindical comunista. Se, por um lado, esta "não se prende ao sindicalismo oficial como única forma legítima de representação das classes trabalhadoras, por outro, não propõe a supressão do sindicalismo existente por um novo e, sim, um convívio entre ambos, e, por fim, a incorporação do último pelo primeiro" (p. 18). Essa estratégia irá se manifestar com maior clareza depois de abrandada a repressão imposta por Dutra, durante a conjuntura de 1953, quando, ainda não estavam completamente afrouxadas as correntes mais pesadas do corporativismo. Foi então que, após intensa mobilização por parte dos trabalhadores, tiveram início novas formas de diálogo com os representantes estatais, permitindo a reabilitação dos sindicatos enquanto espaço de atuação e procura de direitos. Conforme enfatiza Corrêa (2016, p. 509): "os frutos desses movimentos foram colhidos pouco tempo depois, quando grande número de trabalhadores aderiu aos sindicatos. O aumento dos operários sindicalizados veio acompanhado também de uma nova geração de sindicalistas comprometidos com o interesse da classe".

A opção de quebrar a estrutura sindical por dentro, apoiando-se muitas vezes nos seus próprios recursos, orientou a estratégia comunista, mas não se limitou a isso. O protesto mediante a suspensão das atividades laborais entrava na conta, em definitivo, frustrando a economia simbólica do trabalhismo, embasada na "ideologia da outorga" (VIANNA, 1976). Os trabalhadores organizados apoiaram o retorno de Vargas à presidência, mas o queriam como alguém que os permitisse se expressarem. É esse o jogo que irá se impor, daí em diante, mostrando o quanto é reducionista a tentativa de conceituar essas relações como de caráter populista.<sup>1</sup> Naquilo que mais interessa a esta comunicação, portanto, cabe dizer que haverá um sucateamento do corporativismo. Embora ainda continue em ação, sedimentado institucionalmente, o corporativismo perde o brilho que havia durante o Estado Novo, determinando a decadência dos seus agentes/partidários na condução das políticas trabalhistas. Esse ponto fica claro quando pensamos nas dificuldades encontradas pelo ministro Segadas Vianna, ao conduzir as negociações das muitas greves que encontrara pela frente, levando-o a ser substituído por

---

<sup>1</sup> Chega a ser extensa a lista de pesquisadores que rejeitam hoje esse conceito, seja na totalidade, para explicar a política da Terceira República (1946-1964), seja para tratar especificamente do mundo sindical. Sumariamente, podemos indicar como referência: BATISTELA (2012), FERREIRA (2001), MATTOS (1998) e REIS FILHO (2007).

João Goulart. O sucateamento a que estamos nos referindo, no entanto, não é sinônimo de desaparecimento, apenas indica que será feito um novo uso, menos afortunado, mas não por isso menos eficiente para evitar a dispersão do conflito trabalhista.

## **II - A crise do peleguismo e a libertação dos sindicatos, junho de 1953**

Iniciado logo após a greve dos 300 mil, o movimento dos "trabalhadores do mar" incorporou e radicalizou muitas de suas práticas, contribuindo para montar o acervo das relações sindicatos-empresários-governos na República de 1946. Como vimos, o corporativismo, materializado na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), na unicidade sindical, no imposto compulsório, nos institutos previdenciários e na Justiça do Trabalho (GOMES, 2002), seria uma peça de difícil estocagem, mesmo que os próprios sindicalistas o tenham muitas vezes ostentado. No que toca, porém, o caso dos marítimos em greve, o cerne da questão estava na substituição das lideranças pelegas, que agiam para evitar o conflito de interesses antagônicos, favorecendo a "paz social" e o incontornável controle do patronato sobre as exigências de seus empregados. A greve de junho impôs novos atores políticos, substituindo aqueles que operavam a favor do Estado dentro dos sindicatos. A saída dos pelegos foi chamada de "libertação", nome bastante conhecido pela opinião pública da época, pois usado também para tratar da retirada dos nazistas de territórios do leste europeu, durante o término da Segunda Guerra Mundial.

A libertação dos "pelegos" favorecia demandas que previam derrubar as más condições de trabalho em que viviam, sobretudo, os operários navais. Desse modo, tornou-se emblemática a eleição e posse da nova diretoria do Sindicato dos Operários Navais do Rio de Janeiro (SONRJ), após a greve dos marítimos, permitindo a entrada de uma liderança próxima ao PCB, presidida por Irineu José de Souza. No entanto, é necessário afirmar que a incômoda presença dos pelegos começou a ser questionada mesmo antes da greve dos 300 mil. A esse respeito declarou o próprio Irineu José de Souza, em entrevista aos pesquisadores do Laboratório de História Oral e Iconografia da Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF):

Na época, o presidente do sindicato era o Osvaldo Garcez, um servidor da Companhia Costeira. Mas ele não queria seguir o que a classe propunha. Então, quando foi uma tarde de 1952 mais ou menos, talvez porque eu já estivesse liderando alguma coisa lá no Lóide, eu fui trazido aqui por um grupo de companheiros para tirar o pelego do cargo. Ele foi tirado assim. Afastamos ele e eu fiquei dominando o sindicato. Sem ainda estar eleito, sem nada. Os companheiros me colocaram aqui por conta deles (Souza, In. Gomes, 1997, p. 47).

O caso narrado por Irineu José de Souza dá conta da sua entrada extralegal na presidência do SONRJ, antes mesmo da greve de 1953, quando seria oficializada essa situação, encerrando o predomínio dos pelegos. Deve-se frisar, porém, que a crise do peleguismo já era evidente antes da chegada de João Goulart ao Ministério do Trabalho, sendo este, na condição de ministro, quem acabou legalizando um fato que já vinha acontecendo por iniciativa própria dos trabalhadores. Seria então o "estilo Jango" responsável, por si mesmo, pela consolidação das mudanças que estavam ocorrendo nos sindicatos? Tudo leva a crer que não. Essa percepção, no entanto, diverge de uma certa historiografia, identificada com a matriz do novo trabalhismo, encontrável nas pesquisas de Lucília Delgado Neves de Almeida, Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes. Para entender como se dá essa divergência será necessário rever as principais teses e a narrativa desses autores sobre os acontecimentos aqui assinalados.

A historiadora e cientista política Lucília Almeida (1989) elaborou a tese da renovação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a partir da passagem de João Goulart pelo Ministério do Trabalho, cujo início, coincide, com a greve dos marítimos. Pode-se dizer, grosso modo, que essa tese orientou os demais trabalhos aqui assinalados, sobre os quais iremos nos deter com mais detalhes nos próximos parágrafos.

Em um livro reunindo várias pesquisas integradas ao tema do "imaginário trabalhista", Jorge Ferreira redigiu um capítulo intitulado: "O ministro que conversava". Nele, o "estilo Jango" é contrastado ao velho modo de tratar os trabalhadores, ainda vigente na gestão Segadas Vianna. É o que se lê abaixo:

Não demoraria muito para Goulart entrar em rota de colisão com Vianna, criticando-o publicamente por recorrer a métodos repressivos para conter a onda reivindicatória do movimento sindical, em particular no caso dos marítimos. Vargas, em atitude ousada, para recuperar o seu prestígio entre os trabalhadores, desautorizou seu próprio ministro, obrigando-o a se demitir e nomeou Goulart para o Ministério do Trabalho (FERREIRA, 2005, p. 103).

O autor destaca que o jovem ministro do Trabalho valorizava, em primeiro lugar, a proximidade e o diálogo a qualquer tempo e circunstância com os representantes sindicais, deixando de lado a repressão física e ideológica. Seria ele o responsável pela abolição, na prática, do atestado de ideologia, documento exigido aos sindicalistas para exercerem as suas atividades; assim como pelas intervenções nos sindicatos, mesmo se isso os fizesse mais próximos da influência comunista. Essas medidas anticontencionistas seriam importantes para mudar a correlação de forças no meio sindical, possibilitando a

largada, mais adiante, de uma frente de esquerda. Entretanto, cabe perguntar, essas medidas representariam a totalidade das ações do ministro na conjuntura aqui estudada?

Mais recentemente, em uma coletânea de trabalhos despertada pela entrada do arquivo João Goulart no CPDOC/FGV, encontramos o texto de Ângela de Castro Gomes sobre as memórias do período Goulart enquanto Ministro do Trabalho. Ela parte de uma indagação: seria Jango, ministro do trabalho ou dos trabalhadores? Para mostrar que João Goulart foi mais do que um ministro do Trabalho, são citadas as novas rotinas e práticas inseridas por ele para dar maior informalidade aos negócios da burocracia trabalhista, aproximando-a dos trabalhadores. Diz a autora:

Foi certamente dentro dessa nova filosofia que se acabou de fato com as intervenções em sindicatos e com a exigência do atestado de ideologia, extinto juridicamente, mas em pleno vigor no DOPS. Com Jango, a lei passou a ser cumprida, pois o ministério não impedia, nem tomava qualquer medida contrária aos que fossem eleitos, como, aliás, a posse de Irineu José de Souza, no sindicato dos Operários Navais ilustra muito bem (2006, p. 48).

O estilo liberal de Jango teria permitido os trabalhadores pegarem as rédeas da sua própria história. É neste sentido que se compreende, em parte, um exemplo muito enfatizado pela historiadora: a orientação dada pelo ministro para que os próprios trabalhadores fiscalizassem o cumprimento da CLT, incentivando-os a se tornarem sujeitos ativos da efetividade dos seus direitos. Por outro lado, porém, mesmo esse protagonismo pode ainda ser visto por uma lógica integracionista, pois a intenção também era de trazê-los para o maquinário político-administrativo do Ministério do Trabalho, fortalecendo e dando respaldo à sua capacidade fiscalizatória. Ou seja:

Dessa forma, o trabalhador teria pleno direito de colaborar na "campanha de fiscalização", ao se comunicar com seu sindicato que, este sim, poderia e deveria encaminhar as suas observações não só ao DRT de sua região, mas também - é bom notar - diretamente ao gabinete do ministro. Isto é, Jango propunha uma grande mobilização e, através dela, montava um efetivo canal de comunicação entre trabalhadores e ministro, que passava e ultrapassava as delegacias regionais do trabalho e fundava-se nos sindicatos, agentes do cumprimento da lei e dos "princípios de mútua dependência do capital e do trabalho" (Idem, pp. 48-49).

A atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho não deixou de estar pautada naquilo que Maria Celina Soares D'Araújo (1982) chamou, na tentativa de definir a ação política do segundo varguismo, de estratégia do "consenso máximo". O que quero dizer com isso é que o ministro procurou satisfazer ambas as partes do conflito trabalhista, dentro de um expediente que jogou muitas vezes com a expectativa da obtenção de direitos, garantias e vantagens para os assalariados, nem sempre efetivadas e cumpridas,

mesmo depois de acordadas. Exemplo mais do que suficiente dessa prática encontra-se no acordo que fechou a greve dos marítimos. Nos meios políticos trabalhistas, este foi visto como um sucesso inquestionável, divulgado para o público mais amplo por meio da única mídia impressa governista, o jornal *Última Hora*. Entre os marítimos, porém, a sua aceitação seria muito mais reticente, conforme se pode observar na pesquisa do seu jornal de classe.

### **III - O Jango de *Orla Marítima***

O jornal *Orla Marítima* foi um periódico que representou os trabalhadores marítimos em sua totalidade e diversidade, sendo, porém, organizado pelo segmento dos capitães de náutica. Esses trabalhadores eram os melhor remunerados e os mais escolarizados dos marítimos. Eles também possuíam autoridade dentro das embarcações, garantindo-lhes o poder sobre o tráfego naval em toda extensão da costa brasileira. O diretor-responsável pelo jornal era o capitão Emílio Bonfante Demaria, destacado ativista da greve de 1953, sendo Armando Zanini Filho o redator-chefe e Celso Maio o secretário-geral. Essa fonte histórica nos será fundamental para oferecer um contradito à historiografia que vem se debruçando sobre a greve de junho de 1953, mostrando a imagem de João Goulart no traçado dos trabalhadores. A hipótese que se procura afirmar é a de que o papel do ministro do Trabalho, no que toca à crise do peleguismo e ao arranque da luta de classes, teria sido menor (e muitas vezes contrário ao que) do que imagina a historiografia do novo trabalhismo, pelo menos quanto à sua capacidade de mediação dos conflitos, sem imposição da força. Uma leitura atenta da coleção desse periódico nos mostra a disposição dos marítimos em destacar a sua organização de classe, afirmada sobretudo durante a greve.

No primeiro número do jornal (14/08/1953), encontrarmos, de imediato, uma longa análise do papel de Goulart durante a greve, na coluna *Pau Neles*, de Armando Zanini Filho. O título por si só demonstra a contrariedade dos marítimos em relação ao ministro: “Um terremoto abalou o país: caiu a pesadíssima máscara de Jango”. O articulista acusava Goulart de agir com dubiedade em relação à escolha do novo presidente da Federação Nacional dos Marítimos (FNM), disputada por um dos expoentes da greve de junho: o comandante Emílio Bonfante Demaria. Após ter prometido a mais ampla liberdade sindical, Jango protelava as eleições naquele órgão para apoiar uma “junta peleguista”. Em sua coluna, Zanini apontava para a dubiedade da postura janguista, considerando-a uma marca indelével da sua passagem pelo ministério.

Para o redator-chefe daquele órgão de classe, o ministro queria “aparecer ante o povo como o homem que atendeu às reivindicações dos marítimos”, enquanto colocava na federação “uma junta de ‘Laranjeiras-mirins’, que serão mais Laranjeira que o próprio

Laranjeira”.<sup>2</sup> Uma outra denúncia de Zanini Filho, ainda mais grave, envolvia um acordo promovido por Goulart com diversas lideranças sindicais, que assumiam “o compromisso de não medir esforços no sentido de que suas classes ajam de acordo com os interesses do ministério”,<sup>3</sup> ou seja, não partissem para uma nova greve, mesmo se os pontos anteriormente definidos com o patronato não fossem cumpridos. Era contra o surgimento de um peleguismo de novo tipo que se voltava o jornal, a ponto de pedir que o ministro renunciasse, depois da queda da sua máscara de “milhares de toneladas”.

Essas representações são importantes para pensar as razões de uma nova greve, tão pouco tempo depois do sucesso negocial de Jango e da plácida afirmação de um trabalhismo de novo tipo. Será tão simples dizer que este movia-se com firmeza nas águas turvas das relações trabalhistas?

#### **IV - O outubro dos marítimos**

O não cumprimento de pontos fundamentais do acordo firmado em 25 de junho levou os trabalhadores da Marinha Mercante a uma nova greve geral, no mês de outubro. Praticamente esquecido pela historiografia que trata os marítimos como parte da trajetória do “novo trabalhismo”, esse segundo movimento grevista realça a visão predominante acerca de Jango entre as lideranças atuantes na imprensa sindical, assim como a truculência usada pelo aparato repressivo do Estado para contê-las.

Descrentes da política do Ministério do Trabalho, os editores de *Orla Marítima* chamavam atenção para o fato de Goulart ter atuado muito mais pelos patrões ao negociar o desfecho da primeira greve nacional dos marítimos. O sucesso da empreitada que levou os trabalhadores à mesa de negociação ministerial teria como preço inibir novas investidas no conflito de classes. É o que depreendemos, mais uma vez, da consulta à coluna assinada por Armando Zanini Filho. Nela, o articulista expôs da seguinte forma o

---

<sup>2</sup> ZANINI FILHO, Armando. Um terremoto abalou o país: caiu a pesadíssima máscara de Jango. *Orla Marítima*, 14/08/1953, p. 2.

<sup>3</sup> *Idem*. O acordo foi publicado também nessa edição, sob o título de “documento degradante”. Entre os que o assinaram estiveram os presidentes dos sindicatos dos oficiais de máquinas, foguistas, taifeiros, carpinteiros navais, comissários, radiotelegrafistas, marinheiros, conferentes, motoristas e condutores, empregados de escritório, práticos e mestres de cabotagem. Era com essas lideranças que Goulart pretendia desenvolver um sindicalismo “sadio”, capaz de medir forças com os comunistas.

pensamento da classe empresarial, e de seus representantes na esfera do governo, em relação à greve de junho:

Durante a greve diziam nossos inimigos (Paulo Ferraz, Issac Cunha, Hugo de Faria, Waldemar Motta e companhia) com ares tristes:

- Vocês conseguiram uma união extraordinária e uma greve sem precedentes...

E depois – enquanto uma sensação de sádico êxtase dominava todo o corpo – acrescentavam:

- Porém, jamais conseguirão fazer outra igual <sup>4</sup>

A polêmica encontrada em *Orla Marítima* nos leva a pensar se Jango conseguiu, de fato, convencer o pessoal da marinha mercante do seu papel na luta contra os pelegos, pela libertação dos sindicatos e pela entrada dos trabalhadores em uma era de reconhecimento público de suas demandas e reivindicações. A denúncia sobre a queda da sua "pesadíssima máscara" é uma representação mais do que clara do quanto havia de resistência dos setores mais organizados dos trabalhadores do mar. Essa representação ganha mais expressividade ainda quando acrescida da leitura do novo *Manifesto do comando nacional de greve*, publicado na folha marítima em 01/10/1953, em se questiona o papel do Ministério do Trabalho nas articulações jurídico-políticas que permitiam a sobrevivência do renegado João Batista de Almeida, vulgo Laranjeira, na diretoria da Federação Nacional dos Marítimos. Esse seria apenas um dos aspectos, embora dos mais significativos, da percepção dos marítimos e suas classes anexas quanto ao desrespeito com o qual o governo trabalhista os vinha tratando.

A necessidade de uma nova greve adveio, portanto, do descumprimento das cláusulas encontradas no acordo de cessação da greve nacional dos marítimos, assinado em 26 de junho de 1953. O novo período de greve teve início a zero hora do dia 16 de outubro daquele mesmo ano, quando foram convocados à paralisação 100 mil trabalhadores, em âmbito nacional. Na descrição dos motivos da nova greve geral dos marítimos, o jornal da categoria evidenciou que, desde encerrada a parede anterior, os marítimos esperavam "pacientemente pelos pagamentos acordados", enquanto o ministro do Trabalho distribuía notas oficiais na imprensa "declarando que todas as reivindicações dos marítimos foram atendidas".<sup>5</sup> Encontra-se aí, novamente, a representação da pesadíssima máscara de Jango. Vejamos a continuação desse editorial:

---

<sup>4</sup> ZANINI FILHO, Armando. Voltaremos à greve. *Orla Marítima*, 01/10/1953, p. 3

<sup>5</sup> Motivos da nova greve geral dos marítimos! *Orla Marítima*, 15/10/1953, p. 1.

Destarte, concluímos, que tais notas destinam-se a confundir a opinião pública que a última greve solidarizou-se com a causa dos marítimos, por ser justa; pois que os marítimos não enganam tais notas, simplesmente porque ao receberem seus envelopes de pagamento mensal, nele não encontram todo o dinheiro a que tem direito.<sup>6</sup>

Vê-se, portanto, que havia uma distância muito grande entre a propaganda e a realidade. A fama do ministro negociador não parece, desse ponto de vista, ter chegado ao público por ele representado. A prisão de vários representantes dos marítimos, inclusive participantes do jornal aqui estudado, como é o caso de Arnaldo Zanini Filho, preso no início de outubro, mostra o uso do braço repressivo do Estado, em sintonia com os interesses empresariais. Além disso, nas páginas de *Orla Marítima* encontramos reportagens sobre a repressão das formas organizativas dos locais de trabalho que brotaram da greve de junho, como a prisão do operário naval Denegildo da Silva, responsável pela criação de um conselho de fábrica no Dique Lammeyer. Essas e outras situações nos mostram a relevância do uso deste jornal como fonte histórica para se compreender melhor esse período, em que se construiu uma alternativa política nacional-popular, muitas vezes, porém, à revelia dos seus próprios representados ou, pelo menos, deixando dúvidas quanto a assertividade dessa ação política.

## **Bibliografia**

ALMEIDA, Lucília Delgado Neves de. PTB: do getulismo ao reformismo. São Paulo: Marco Zero, 1989.

BARSTED, Denis Linhares. *Medição de forças: o movimento grevista de 1953 e a época dos operários navais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BATISTELA, Alessandro. Um conceito em reflexão: o populismo e sua operacionalidade. *Revista Latino-Americana de História* (Unisinos). Vol. 1, nº. 3 – Março de 2012, p. 468-484. Disponível em <http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewArticle/97> [Acesso em 15/04/2018].

BUONICORE, Augusto César. Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952. *Cadernos AEL*, v. 7, n. 12/13, 200, pp. 15-44. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2485> [Acesso em 04/04/2018].

---

<sup>6</sup> Idem, p. 1.

CORRÊA, Larissa Rosa. O corporativismo dos trabalhadores: leis e direitos na Justiça do Trabalho, entre o regime democrático e ditatorial militar no Brasil (1953-1978). *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: Vol. 42, n. 2, p. 500-526, maio/agosto de 2016. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/22494> [Acesso em 10/04/2018].

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares de. *O segundo governo Vargas (1951-1954)*. Democracia, partidos e crise política. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FERREIRA, Jorge (Org). *O populismo e sua história – Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. *O imaginário trabalhista*. Getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GOMES, Ângela de Castro (Org.) *A época dos operários navais*. Disponível em [http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/a\\_epoca\\_dos\\_operarios\\_navais\\_angela\\_de\\_castro\\_gomes.pdf](http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/a_epoca_dos_operarios_navais_angela_de_castro_gomes.pdf) [Acesso em 19/04/2018].

\_\_\_\_\_. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

\_\_\_\_\_. Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores? In. FERREIRA, Marieta Morais. *João Goulart: entre a memória e a história* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró de. *Novos e velhos sindicalismos*.

MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massa e crise política: a greve dos 300 mil em São Paulo*.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Estado e trabalhadores*. O populismo em questão. Locus, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 87-108, 2007. Disponível em <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/54.pdf> [Acesso em 13/04/2018].

STOTZ, Eduardo Navarro. Nacionalismo, intervencionismo estatal e expansão do movimento operário (1950-1955). In. LOBO, Eulália Lahmeyer (Coord.) *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, condições de vida e consciência de classe*. Rio de Janeiro: ACESS Editora, 1992, pp. 222-265.

TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. São Paulo: LECH, 1981.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.